Revista de Estudos da Religião junho / 2009 / pp. 21-50
ISSN 1677-1222

Descortinando a Lógica Diocesana no Espaço Fluminense

Ana Carolina Lobo Terra[*] *[anacarolina.terra@gmail.com]*

Resumo

Neste artigo, a análise recai sobre a dimensão política da espacialidade do sagrado. O Estudo da Territorialidade Católica no Estado do Rio de Janeiro se configura pela interpretação espacial da gênese e gestão religiosa das dioceses fluminenses, reconhecidas como territórios religiosos pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –; além de priorizar o levantamento e compreensão das redes religiosas que marcam a paisagem. Uma vez que a Igreja Católica visa, com suas estratégias, atender a demanda da fé e manter seu controle relativo a pessoas e coisas, torna-se possível, através da leitura da religião, retratar o processo de ocupação e as transformações socioespaciais ocorridas na área de estudo selecionada.

Palavras-chave: Território Religioso, Territorialidade Religiosa, Igreja Católica, Redes Diocesanas, Gestão Religiosa.

Abstract

This article analyses the politic dimension of the sacred spatiality approaching the Catholic territoriality in the Federal State of Rio de Janeiro. The main focus lies on the spatial interpretation of the origin and religious management of the so called “fluminenses dioceses” by the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB). On this background the article is particularly interested in the dynamics of socio-spatial occupation and transformation within the selected area promoted by the Catholic Church in order to attend religious demands and to maintain its control of the people living in the selected area.

Keywords: Religious Territory, Religious Territoriality, Catholic Church, Diocesan Networks, Religious Management.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGEO/UERJ; Pesquisadora do NEPEC/UERJ.

Introdução

À ciência geográfica cabe um papel particular: ser uma ciência do espaço do Homem (SANTOS, 1991). O olhar científico geográfico prioriza o reconhecimento do espaço geográfico, percebido como um sistema lógico de ações e objetos geográficos. Aos objetos caberá atender a uma necessidade (MONOD 1974), clarificar as técnicas e as intenções da sociedade nele inseridas (SANTOS 1999). A literatura indica o espaço detentor de uma relação direta com a sociedade, sendo sua produção e organização produto de um conjunto de práticas definidas como *práticas espaciais*. Os rituais religiosos, as paisagens, as festas populares, os deslocamentos populacionais, as práticas comerciais e econômicas, as representações políticas, entre outros temas, figuram como centrais à compreensão dessas práticas espaciais. Com vistas a tal elucidação, uma questão desponta: como ler a prática religiosa e a atividade religiosa na Geografia?

Dentre as diversas possibilidades de estudos, a religião pode ser percebida em sua forma, função, processo e estrutura, através das quais produz marcas que identificam a organização singular no espaço geográfico. A crença, a fé e a prática religiosa permitem ao homem religioso vivenciar seus espaços sagrados durante seus tempos sagrados (ELIADE 1962). Neste intuito, a abordagem feita sobre a temática proposta não contempla apenas seus aspectos culturais, mas aborda, sendo detentora de enfoque geográfico, as dimensões política e econômica. Neste estudo, mediante a evolução temática da Geografia da Religião no Brasil e na América Latina, vamos nos atrelar à discussão da religião em sua esfera política de ação. A religião cria territórios religiosos com o objetivo de atender sua demanda de fiéis e controlar objetos e coisas. Focando nossa atenção sobre a Igreja Católica – instituição hierárquica e burocrática, com forte presença na história do espaço brasileiro – entenderemos quais territorialidades foram utilizadas para ampliação de seu domínio e difusão de sua fé doutrinária. O recorte empírico se atém ao estudo da gênese e da difusão dos territórios diocesanos capixabas e fluminenses.

Território Religioso e Territorialidade Religiosa: categorias especiais

A Geografia Cultural Renovada está focalizada na interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram a partir de suas próprias experiências e práticas.

Dentre as diversas possibilidades de estudos acerca da dimensão espacial da cultura, a materialização da fé vem se apresentando como tema de análise científica. Nessa perspectiva, o estudo da religião deve estar centrado na espacialidade do sagrado, impondo ao geógrafo o conhecimento dos preceitos da religião em estudo (CORRÊA 2007). O sagrado, detentor de representação espacial, irrompe sua importância no saber geográfico para a compreensão do espaço socialmente construído. Assim, a Geografia da Religião firmou-se como mais um viés de análise junto à ciência, destacadamente pós 1990, tendo entre seus estudiosos propostas para sua metodologia de análise.

A religião compreendida como um *"sistema solidário de crenças e de práticas relativas à coisa sagradas, isto é, separadas, proibidas [...] reúne uma mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a adorem"* (DURKHEIM 1996:32). Apresenta um culto com uma periodicidade (ELIADE 1962), uma doutrina composta pela ética e pelas práticas religiosas, além de ritos devocionais exclusivos (WEBER 1991). Nos estudos acerca da dimensão política do sagrado (ROSENDAH, 2008), encontraremos a relação entre *religião, território e territorialidade*.

Os territórios poderão ser regulados por diferentes agentes. Ao pensar na regulação dessas áreas por um agente religioso, teremos a categoria território religioso. Os territórios religiosos foram primariamente definidos como espaços apropriados afetiva ou efetivamente (ROSENDAHL 1996). Tal definição deriva diretamente dos estudos de Sack (1986), em que tais territórios eram os territórios católicos, uma vez que o autor atinha sua discussão a estrutura administrativa da instituição católica. Com a sequência dos estudos na temática, Rosendahl (2005) propõe ler o território religioso como um território demarcado, controlado em seus acessos e ações por um profissional religioso. Este profissional especializado apresenta-se como chefe e representante desse espaço, conferindo a centralidade do mesmo (Bordieu,1987). Na tipologia da religião em sua função na sociedade, Weber (1991) ratifica três agentes:

1. o profeta religioso – dotado de carisma;
2. o sacerdote – produtor do sagrado; e, por fim,
3. o leigo – consumidor do sagrado.

O sacerdote é o "funcionário do sagrado", responsável por difundir a doutrina e a ideologia da instituição religiosa. Responde ainda por distribuir e regular os bens de salvação, seguindo uma divisão hierárquica. O corpo sacerdotal, encarregado da manutenção do culto, funciona como um dos gestores do território religioso. Rosendahl (2005) adiciona ao território religioso a visão do mesmo como reflexo de uma identidade cultural, amalgamada por um sentimento mútuo de pertencimento pelos seus integrantes. Neste território, tanto o exercício da fé quanto a identidade religiosa do devoto encontram-se favorecidas (Rosendahl 2008), tornando-o um geossímbolo (BONNEMAISON 2002). Nesse contexto, a categoria territorialidade religiosa trará em sua significação *"o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território"* (ROSENDAHL 2008:195). Tal territorialidade só será mantida mediante a existência de um território religioso a fim de fortalecer as experiências religiosas coletivas ou individuais da religião.

Nosso estudo reconhece na instituição religiosa o agente modelador do espaço geográfico que se insere. Por conta disso,

> torna-se necessário considerar a forma e a intensidade do poder desse agente. A criação, bem como a fusão de outros, envolve inúmeras localizações regionais, nacionais e internacionais, à semelhança do papel também exercido pelas grandes corporações (ROSENDAHL 2005:200)

Neste escopo, faremos a análise do desenvolvimento da territorialidade numa organização complexa, hierárquica e religiosa, que possui em seus objetivos originais a redenção das almas e a divulgação da virtude: a instituição da Igreja Católica Apostólica (SACK,1986). Na leitura desta instituição, perceberemos que

> a igreja possui duas naturezas. A primeira constitui um sistema abstrato de fé e de doutrina, originando a Igreja invisível; a segunda refere-se às instituições sociais da Igreja e compreende seus membros, seus funcionários, suas regras e suas estruturas físicas e propriedades. Esta chamaremos de Igreja física ou visível. Edifícios da Igreja, propriedades, lugares sagrados, paróquias e dioceses são elementos na Igreja visível. São lugares separados por limite e dentro dos

> quais a autoridade é exercida e o acesso é controlado. Em outras palavras, são territórios (SACK 1986:93)

Dentre os variados tipos de territórios controlados pela Igreja, destacamos aqueles marcados por forte identidade simbólica e de poder. Estes se encontram interligados às estruturas administrativas como paróquias, dioceses e arquidioceses. A ênfase deste artigo recai sobre a compreensão das práticas e estratégias da Igreja Católica, utilizando para isso a escala regional – dioceses – no espaço fluminense e capixaba. Tais dioceses funcionarão como centros difusores de ideias, valores e normatizações, configurando uma rede gestora de tais territórios. Na próxima etapa desta elucidação, trataremos das redes diocesanas e de seu enfoque na dimensão geográfica do estudo.

Redes Geográficas: redes diocesanas

Em seus estudos, Corrêa (2001) aponta três dimensões de analise das redes geográficas. A primeira retratada é qualificada como organizacional e refere-se à configuração interna da entidade estruturada em rede. Abrange os agentes sociais, a origem da rede, a natureza dos fluxos, a função e a finalidade da rede, sua existência e construção, sua formalização e organicidade. O autor endossa que tais aspectos analisados não adquirem concretude se estiverem desvinculados do tempo e do espaço. Leremos então, uma dimensão espacial e outra temporal nessa categoria. Nesta análise espacial, a escala, a forma espacial e a conexão são apresentadas. A segunda categoria de estudo se remete à dimensão temporal presente na rede geográfica. Propõe o relato da duração da rede, a velocidade com que os fluxos se realizam na transmissão, bem como a frequência em que a mesma se estabelece. Duração, velocidade, frequência e história são aspectos presentes nessa dimensão.

Dada a vinculação existente entre as dimensões temporal e espacial, Corrêa (2001) propõe a dimensão espaço-temporal. Tal dimensão articula, em seus estudos, espaço e tempo unidimensionalmente, atrelando-se, assim, à temática da difusão. Com este foco, percebemos que a difusão da rede de uma entidade institucional religiosa como a Igreja Católica é de grande interesse para o estudo, pois permite dar inteligibilidade ao processo de formação dos territórios religiosos nos espaços capixaba e fluminense. Segundo este geógrafo, as redes geográficas poderão ser qualificadas como: formal ou informal,

hierárquica ou não, planejada ou espontânea, dendrítica ou complexa. Com o relato da importância do estudo de todas as dimensões inerentes à compreensão das redes, e, mais especificamente, da importância da dimensão espaço-temporal, torna-se possível compreender como a difusão da fé ocorre no espaço e no tempo mediante a difusão das próprias redes diocesanas.

A difusão dessa territorialidade católica apresenta distintos períodos distintos, por nós formulados, com objetivo a compreensão da difusão da fé doutrinária no recorte fluminense. Assim, segue a formulação dos tempos de difusão da pesquisa.

Periodização e o espaço fluminense

Na difusão das dioceses no espaço fluminense – marcado por abruptas diferenciações tanto no seu quadro físico quanto no socioeconômico, o que o coloca em posição singular dentre os Estados brasileiros – poderemos reconhecer diferenciações socioespaciais figuradas no *planejamento territorial* da Igreja Católica. A lógica de implantação dos territórios religiosos diocesanos no espaço fluminense funda-se na *hierarquia dos lugares centrais* (Corrêa 1997; Ribeiro 2000) e, segue, em primeira importância, a lógica de ocupação populacional desse Estado, ocorrendo em saltos na relação tempo-espaço, partindo do litoral ao interior.

A fim de elucidar a implantação do território diocesano, criamos uma escala difusional para análise:

1. O primeiro marco da difusão católica pontua-se como o *centro de difusão* desta análise. Neste recorte, teremos somente a implantação da diocese primeira fluminense;
2. Com a proclamação da República (1889) e a separação entre a Igreja e o Estado (1890), que possibilitou a pluralidade religiosa presente no espaço brasileiro, a Igreja adotou como prática a implantação de dioceses em todas as Unidades Federativas recém-criadas, além de cidades que exerciam centralidades econômicas e em centros que se localizavam em áreas de contato entre áreas de povoamento antigo e entre cursos (ROSENDAHL & CORRÊA 2001). Às dioceses implantadas pós-1890, denominaremos **T1** (primeiro tempo);

3. A Igreja Católica apresenta-se flexível e dinâmica em suas apresentações. No contexto da pós-Segunda Guerra Mundial, quando a sociedade voltou-se ao extraordinário em suas percepções, a Igreja Católica imprimiu diferentes posturas a fim de manter-se com um grande contingente populacional religioso. No caso brasileiro, o momento da história brasileira que compreende os anos de 1955 e 1964, marca o período da Igreja Reformista, onde existiu uma intensificação das mudanças internas desta instituição católica no Brasil (Mainwaring 2004). A Igreja Católica, na década de 1960, se ausenta de um olhar meramente "elitista" e passa a creditar uma política de proteção aos "desfavorecidos" socialmente (BARBOSA 2005). Assim, as dioceses implantadas nesse período configuram-se como o nosso **T2** (segundo tempo) de análise.
4. A economia brasileira e, em espacial a economia fluminense, passaram por diferentes etapas econômicas. O Estado do Rio de Janeiro configurou sua economia historicamente desde a exportação portuária até a presença de pólos industriais e concentrações locais de bens e serviços. Tais pontos industriais conferem, desde a década de 1980, um aumento populacional em tais áreas. Assim, visando atender a demanda de assistência religiosa, a Igreja Católica cria novos territórios diocesanos. Nesse escopo, as dioceses criadas pós-1980 remeter-se-ão ao **T3** de nosso estudo, último tempo de análise.

Para uma maior compreensão da implantação das dioceses mediante seus tempos de difusão, reportamos o quadro abaixo:

Quadro 1: Territorialidade Católica no Espaço Fluminense: Dioceses e Difusão

Tempo de Difusão	Quantidade de Dioceses	Dioceses Implantadas	Criação
Centro de Difusão	1	São Sebastião do Rio de Janeiro	1676
T1	4	São Lourenço de Niterói	1892
		Campos	1922
		Barra do Piraí – Volta Redonda	1922
		Valença	1925
T2	3	Petrópolis	1946
		Nova Friburgo	1960
		Nova Iguaçu	1960
T3	2	Duque de Caxias	1980
		Itaguaí	1980
Total de Dioceses:	10		

Fonte: CERIS (2000) "*Anuário Católico do Brasil 2000*" * Elaborado por TERRA, A. C. L. (2009).

Com tais tempos de difusão, priorizamos a leitura da dinâmica da territorialidade católica no espaço fluminense. Evidenciamos que, em um espaço tão plural e intenso em suas apresentações, teremos estratégias e ações diretas por parte do agente institucional. Em contraponto ao dinâmico espaço fluminense, encontra-se o espaço capixaba, segundo foco de nossa análise, e com sua periodização impressa no subitem a seguir. Vale salientar que esta se encontra diferenciada a fim de permitir uma maior compreensão do fenômeno espacial em estudo.

A rede diocesana fluminense apresenta singularidades que se atrelam diretamente ao interesse de seu gestor religioso. Nosso estudo visa o descortinar de tais estratégias e a compreensão da dinâmica de seus territórios. O geógrafo, conhecedor do Homem e do meio, reconhece o poder da fé na organização sociopolítica do lugar. Assim, em consonância com a estrutura de estudo previamente apresentada, pontuaremos a difusão da territorialidade católica no espaço fluminense.

Rede diocesana fluminense

Na busca por compreender a difusão do agente territorial católico no espaço fluminense, torna-se mister o resgate dos movimentos missionários ocorridos no Brasil. Tais movimentos, socioeconômicos-religiosos, de gestão da Coroa Portuguesa e das ordens religiosas – jesuítas (com ingresso exclusivo no Brasil até 1580 e expulsos em 1593),

beneditinos (vida contemplativa), carmelitas, capuchinhos e franciscanos (com ingresso de 1580 a 1640) (AZZI 2005) –, atrelavam-se aos ciclos econômicos da Colônia (HOORNAERT, AZZI, GRIJP e BROD 1983). Dentre os movimentos missionários percebidos no Brasil, evidenciamos o que acompanhou a conquista e a ocupação do litoral brasileiro. Este movimento ateve-se à cultura a exportação de pau-brasil e, posteriormente, a cultura da cana-de-açúcar que se percebia do Rio Grande do Norte até a região de São Vicente do Sul. O movimento litorâneo esteve no seu auge durante a segunda parte do século XVI e nos primeiros anos do século seguinte.

Durante a ocupação litorânea, o poder da fé e da Coroa se estabelecia próximo aos núcleos iniciais. Encontramos as primeiras dioceses localizadas em áreas litorâneas, baías ou estuários, em centros que figuravam até o final do século XVIII como pontos de controle do litoral, como centros de trocas e pontos de penetração de conquista do interior, situando-se em sítios defensivos. Tais implantações acabaram por reiterar as centralidades que tais núcleos já apresentavam na dinâmica espacial brasileira. Assim, as cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Olinda são marcos da territorialidade católica neste primeiro recorte temporal. Com vistas em nosso objeto de estudo, pontuaremos, no próximo tópico, uma breve análise da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, lócus da implantação da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, centro de difusão de nossa rede diocesana.

A ocupação do território brasileiro configurou-se pela apresentação natural associada às populações indígenas que já o habitavam. A Coroa Portuguesa conferiu seu sistema de ocupação, durante o ciclo litorâneo, consonante ao sistema de aldeamentos indígenas propostos pela ordem dos jesuítas. Tal sistema constituía na implantação de pequenos grupos em antigas aldeias indígenas. Estas interligadas por trilhas e caminhos (MARAFON et. alli 2005). Salienta-se que tais aldeamentos funcionaram como embriões de futuras vilas e cidades (HOORNAERT, AZZI, GRIJP e BROD 1983). As ordens religiosas implantavam ações de forte impacto no que tange à organização e ao funcionamento das cidades brasileiras (VASCONCELOS 1997).

A implantação de centros populacionais, pela Coroa Portuguesa, ocorreu em áreas que possibilitariam o escoar das economias de exploração – dinâmica portuária –, além do

controle estratégico do território (RAHY 1999). Salientamos que, dada a dificuldade de transposição de algumas barreiras físicas – tais como a Serra do Mar – e, consequentemente, a difusão da fé doutrinária católica, inicialmente a metrópole portuguesa teve o controle efetivo do litoral da colônia. Nesse sentido, o quadro natural fluminense da época foi de grande valia aos ideais portugueses. A presença de algumas baías (como a da Guanabara e da Ilha Grande) favorecia a implantação de portos, em torno dos quais se configuraram os núcleos populacionais. Em sequência, a população fluminense desbravou seu recorte através dos rios advindos da Serra do Mar, tributários da Baia de Guanabara (LAMEGO 1963) – como o Iguaçu, o Inhomirim e o Macacu – assim com os rios mais interiorizados. Com base nos estudos de Rahy (1999), teremos os povoados como marco da presença lusitana e sua afirmação de poder deste colonizador.

Com vistas à função portuária, a Baía de Guanabara funcionava como um território de forte identidade geopolítica. Mediante o não aceitar da partilha de terras abrangidas pelo Tratado de Tordesilhas, teremos, na ilha de Serijipe (localizada na Baía de Guanabara) a primeira invasão francesa. Os franceses instalam uma comunidade chamada França Antártica, destinada a abrigar protestantes calvinistas foragidos das guerras religiosas na Europa. A sua principal atividade econômica era a troca de mercadorias de baixo valor econômico por pau-brasil, feita com os indígenas da região. Estes constroem, então, um forte e resistem por mais de 10 anos aos ataques dos portugueses. A reação portuguesa data de 1560, sob o comando de Mem de Sá, terceiro Governador-geral do Brasil. Entre 1565 e 1567, ocorreu a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, validando a vitória portuguesa a Campanha (Varnhagen 1978).

A cidade fundada no Morro Cara de Cão e transposta, por estratégias militares, para o Morro de São Januário (BARROS 2005), manteve seu território sujeito à jurisdição espiritual do Bispo da Bahia até 19/07/1575, quando, pela bula papal "*In supereminenti militantis Ecclesiae*", de assinatura do papa Gregório XIII, foi criada a prelazia de São Sebastião (CERIS 2000). A prelazia do Rio de Janeiro mantinha como sua área limítrofe o espaço compreendido desde a Capitania de Porto Seguro até o Rio da Prata. O Regime de Padroado estabelecido à época, quando o poder civil atua junto aos assuntos de ordem eclesiástica, tiveram diferentes conflitos impostos no corpo desta prelazia. Dentre eles,

citamos os conflitos dos jesuítas no que confere à liberdade indígena, além da exigência dos prelados para a moralização dos costumes. Tais eventos geraram conflitos, e estes acabaram por diminuir o prestígio do prelado junto à população (HOORNAERT, AZZI, GRIJP e BRO, 1983).

A economia da cidade do Rio de Janeiro, em seu primeiro momento, constitui-se na exportação portuária, além do cultivo da cana-de-açúcar. O cultivo teve inicio após a expulsão dos franceses em 1567, locando-se nas áreas de mata – para exportação – e nas áreas de campo, destinada ao consumo pelas criações de gado, voltado ao mercado interno. A população, de contingente insipiente, atrelava-se a essa realidade econômica. A partir do crescimento da cidade, torna-se necessário o controle efetivo de sua população. A intenção de Portugal, de controlar o poder político e da fé no espaço brasileiro, exemplifica-se ao instalar uma nova diocese em uma cidade de forte centralidade em sua colônia. A análise endossa o caráter político das implantações, uma vez que temos a escolha de cidades de forte expressão na dinâmica econômica de exploração. Assim, em 16/11/1676, pela bula "*Romanis Pontificis pastoralis sollicitudo*", o papa Inocêncio XI elevou a antiga prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro à categoria de diocese, ficando subordinada à Sé de São Salvador da Bahia. A partir da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro foram desmembradas 131 arquidioceses, além de inúmeras dioceses e prelazias.

A implantação da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, território religioso que iria figurar com grande importância na territorialidade católica no espaço brasileiro, sendo foco inicial de nossa pesquisa científica, trouxe à comunidade religiosa maior pertencimento à fé católica. Nos hiatos da implantação de dioceses no espaço brasileiro, teremos de 1676 a 1890, um diminuto contingente de territórios diocesanos. Tal contingente inexpressivo representa, entre outras situações, a possibilidade da implantação de um Catolicismo popular abrangendo tradições do Catolicismo português de devoções ao santos – uma vez que na falta de assistência por parte do Estado, os santos atendem as necessidades de seus devotos (HOORNAERT, AZZI, GRIJP e BRO, 1983) –, bem como o somar de tradições judaicas e africanas (RIBEIRO DE OLIVEIR, 1997). Neste escopo poderemos perceber, no Brasil-Colônia e no Brasil-Império, uma subordinação política, somada a uma dependência

econômica e ideológica por parte da Igreja ao Estado (BEOZZ, 2005). Essa realidade resulta da territorialidade escolhida, abarcada na presença das ordens religiosas.

A cidade do Rio de Janeiro apresentava-se, durante grande parte do Brasil-Colônia, como a Capitania Real. Em 1763, dado o deslocamento do eixo econômico da Colônia devido à mineração, passa a capital do Vice-Reinado, o que configura sua importância como *locus* central e centro administrativo criando, assim, as bases necessárias para a nomeação da cidade, em 1808 – devido à vinda da família real portuguesa para o Brasil – em Capital do Império. Com a chegada da Corte Portuguesa, teremos um aumento significativo no contingente populacional (cerca de 15 mil portugueses passaram a integrar uma população estimada entre 43 e 50 mil pessoas), que resulta numa maior circulação de renda, bens e serviços nos limites da cidade, além de uma alteração na cultura popular local, com maior presença do Catolicismo português.

Nas passagens históricas, teremos, em 1810, Portugal assinando o Tratado de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade, perdendo, definitivamente, o monopólio do comércio brasileiro, o que favorece a dependência do Brasil ao capital inglês. Em 1820, a burguesia mercantil portuguesa colocou fim ao absolutismo em Portugal com a Revolução do Porto. Implantou-se uma monarquia constitucional, o que deu um caráter liberal ao movimento e acabou por endossar, entre 1820 e 1822, diferentes publicações a fim de legitimar um processo de independência do espaço brasileiro (NEVES 1999). A Constituição a ser implantada privilegiava os novos valores daquela cultura política: uma monarquia constitucional sustentada pela Igreja Católica; uma sociedade com diferenciações entre os homens ilustrados, capazes de orientar a opinião pública; uma liberdade e uma igualdade restritas ao plano da lei; uma visão de mundo vinculada à doutrina cristã.

Com tais valores, teremos a independência do Brasil em 07/09/1822. Posteriormente a esta independência, em 1834, a urbe carioca desvincula-se da Província Fluminense – província de maior importância econômica e política do Império –, passando à condição de Município Neutro da Corte (MARAFON, RIBEIRO, SILVA, DA SILVA e LIMA 2005). São Sebastião do Rio de Janeiro torna-se a cidade capital do Brasil. A introdução de bondes e trens, em 1870, possibilitou o desenvolvimento de outras freguesias e a expansão industrial acelerou o

crescimento demográfico e urbano. Com sua centralidade expressa no espaço brasileiro, em 1889, devido à Proclamação da República, figura-se a função e nomenclatura de Distrito Federal. Neste momento, a Província Fluminense é elevada à categoria de Estado, tendo Niterói, cidade portuária e antiga Vila Real da Praia Grande, como sua capital.

A liberdade religiosa instala-se em no decreto 119-A de 7/1/1890, permitindo aos brasileiros a escolha de seu culto religioso e, à Igreja Católica – autônoma, de regulação desvinculada ao Estado –, uma nova ação político-religiosa. Enquanto o Estado se encarregava das atividades materiais no controle da população, a Igreja se encarregava de professar a fé católica junto à sua população religiosa (AZZI 2005). Dada a liberdade de culto, torna-se mister a Igreja uma territorialidade e organização espacial que favoreçam o controle e a comunicação da fé e dos ideais católicos em âmbito local, regional e nacional. A abolição da escravatura (em 1888), somadas as novas áreas econômicas brasileiras de produtos como o café, o cacau e a borracha, trouxeram o crescimento populacional (PRADO JR. 1957). Assim, a criação de novas dioceses e prelazias, novos territórios religioso, tornou-se necessária. Algumas dioceses são desmembradas e/ou fragmentadas para a implantação de dioceses em cidades centrais, quase sempre as capitais, de todas as Unidades da Federação recém-criadas (CARNIELLI 2005). A partir das ultimas décadas do século XIX, o Brasil passa por significativas mudanças.

Neste escopo teremos, no espaço brasileiro, a percepção de um novo arranjo espacial pela Igreja Católica. Através da bula papal "*Ad universas orbis ecclesias*", erigida pelo Papa Leão XIII, em 27 de abril de 1892, foi reorganizada a hierarquia eclesiástica no Brasil, que até então constava de apenas um arcebispado, em São Salvador da Bahia e de onze bispados sufragâneos. Foram criadas duas Províncias Eclesiásticas, a saber: uma no Norte, com sede em São Salvador da Bahia, e a outra no Sul, sendo o Bispado do Rio de Janeiro elevado à categoria de Sé Metropolitana.

Encontramos a Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, território religioso de grande importância na territorialidade católica no espaço brasileiro e foco inicial de nossa pesquisa científica. O primeiro desmembramento desse território diocesano origina a Diocese de São Lourenço de Niterói, localizada na cidade de Niterói e erigida pelo Papa Leão XIII através da

Bula "*Ad universas orbis Ecclesias*", em 27 de abril de 1892. Sua jurisdição eclesiástica se subordinava à capitania do Espírito Santo.

A escolha pela cidade de Niterói se justifica. A cidade, fundada em 28 de março de 1835, exercia forte centralidade, possuía administração autônoma e respondia como capital do então Estado do Rio de Janeiro. Sua função portuária escoava as mercadorias oriundas do interior do espaço fluminense, além de figurar como território geopolítico de controle. Sua população detinha expoentes políticos, o que condiciona, no curto espaço de dois anos, dois Congressos Constituintes, Senado e Câmara, em 1891, e Assembleia Fluminense Constituinte, em 1892, consequência esta última da deposição do primeiro governador. Em 1893, a Revolução da Armada trouxe reflexos os mais desastrosos para a Cidade de Niterói. Monumentos destruídos, bairros sacrificados, mortos e feridos, êxodo da população, lares desfeitos, ruínas, sangue, lágrimas e desolação por toda a parte. Assim, a capital do Estado do Rio de Janeiro passa, em 1893, para a cidade de Petrópolis. Neste interim a Igreja Católica transferiu, em 06/07/1985, a Diocese de Niterói para a cidade de Campos, "*pro tempore*", permanecendo, todavia, com o nome de Diocese de Niterói. Em 16/07/1987, a diocese é transferida a cidade de Petrópolis, recebendo a alcunha de Diocese de Petrópolis, retomando, somente em 25/02/1908, por Decreto Pontifício do Papa Pio X, para a cidade de Niterói (CERIS 2000).

A partir da Diocese de Niterói, teremos a implantação da Diocese de Vitória e, consequentemente, a construção da rede diocesana do recorte geográfico objetivado.

A territorialidade católica propõe a criação de contextos de afeto e significação (SACK 1986). Neste bojo, seus territórios imprimem ordem e possibilitam o "experenciar do mundo" por parte de seus frequentadores. Mediante o crescimento populacional e industrial, entre 1895 e 1985, a Igreja adota diferentes práticas e ações na implantação dos territórios diocesanos no espaço brasileiro. Com uma seletividade especial que privilegia a escolha por centros funcionais de abrangência regional e/ou local, o modelo de difusão diocesana passa por uma revisão.

Primeiramente, a Igreja Católica no Brasil apresentava uma difusão por saltos. No período compreendido entre 1890 e 1930 poderemos perceber uma difusão por via hierárquica –

com vistas às cidades de maior destaque na hierarquia urbana –, assemelhando-se, em muitos casos, à difusão por contiguidade. A difusão fez-se de centros mais importantes para centros menos importantes. A partir de 1930 a difusão também se ateve ao preenchimento de interstícios espaciais, com a implantação de dioceses entre áreas diocesanas muito afastadas. Assim, notaremos que a estratégia territorial da Igreja Católica imprimiu diversos padrões espaciais em seu processo de implantação (ROSENDAHL & CORRÊA 2001). No espaço fluminense não poderia ser diferente. Com essa premissa torna-se mister o descortinar das estratégias adotadas na implantação desta rede.

Como visto anteriormente, a Igreja Católica evidenciou dois nós na construção de sua rede diocesana fluminense: a diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e a diocese de Niterói. A partir de cada uma dessas dioceses, teremos ações de implantação de territórios diocesanos diferenciados.

O espaço fluminense apresenta-se bastante singular nas analises geográficas, dadas suas diferenciações tanto na esfera física quanto na esfera socioeconômica. No Estado perceberemos diferenças notáveis na política social e econômica, somada a uma grande diversidade natural, nas diferentes regiões econômicas que o configuram. No que respeita aos aspectos naturais, o Estado caracteriza-se por três unidades geomorfológicas distintas, a saber: as terras altas – Planalto Ondulado do Paraíba do Sul –, as baixadas – Goytacazes, Guanabara, Sepetiba, rio Macaé e do rio São João – e os maciços litorâneos – desde Cabo Frio até a Baía de Guanabara (TARGINO 2004). Tal realidade física acabou condicionando o processo de ocupação do estado e configurando sua organização territorial. A população instalou-se, primeiramente, no litoral fluminense. Tal fato se justifica pela falta de aparato técnico necessário à transposição da Serra do Mar somado pela tropicalidade do Brasil de difícil adaptação aos colonizadores. Mediante a necessidade de escoar outras produções – como, por exemplo, o ouro –, através da vasta rede hidrográfica, acessos naturais e, em especial, o conhecimento acerca das trilhas indígenas, a população sofre um processo de interiorização no referido recorte (RAHY 1999).

No bojo do processo de ocupação do espaço fluminense, salienta-se a importância das economias de exportação:

> seja de forma direta através das áreas produtoras em território fluminense, como foi a cana, o gado e o café; seja de forma indireta servindo como entreposto para outras áreas produtoras, como ocorreu durante o período de mineração em Gerais. A rede de circulação estabelecida para ar suporte à circulação da produção, dentro da lógica de atender aos interesses da coroa portuguesa, resultando em uma organização espacial caracterizada pelo grande papel desempenhado pelos portos, foi responsável pelo estabelecimento de novos caminhos para o Rio de Janeiro. (MARAFON, et. al., 2005:25)

Dada a centralidade exercida, as economias de exportação serviram para a implantação dos grupos populacionais. Assim, torna-se mister compreender as migrações dos grupos mediante uma nova cultura. Com vistas à compreensão desse processo, segue o quadro comparativo abaixo:

Quadro 2: Economia e População no Espaço Fluminense

Economia	Locação da População
Cana-de-açúcar	Na economia da cana-de-açúcar, a população parte da "zona velha" – Recôncavo da Baía de Guanabara – e segue rumo ao Norte fluminense, referenciado como "zona nova" – em especial, a região de Campos dos Goytacazes – do cultivo. Um dos indícios da consolidação dessa cultura neste novo recorte deriva da implantação, em 1877, do engenho central de Quissamã.
Mineração	Mediante o escoamento do ouro advindo das Minas Gerais, ao longo dos caminhos indígenas que interligavam o litoral ao interior, foram implantados povoados e vilas. Salienta-se ainda a busca pelo Ouro do Cantagalo, que atraiu a população de Minas Gerais e da Baixada Fluminense à Região Serrana Fluminense.
Café	Após ocupar o Recôncavo da Baía de Guanabara, o café expandiu-se pela Região Litorânea, passa a Região Serrana Fluminense e, em sequência, chega ao Vale do Paraíba do Sul.

Fonte: MARAFON, G. J. et al. (2005) *"Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica"* * TERRA, A. C. L. (2009).

Com vistas à produção cafeeira, teremos o descortinar de duas realidades: no primeiro momento de implantação desta cultura, muitas localidades – por funções de escoamento ou assistência a produção – tiveram crescimento. Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, com a implantação da malha ferroviária, algumas cidades e vilas perderam suas

funções, acabando por extinguir-se (OLIVEIRA 2004). Ressalta-se que a ferrovia, de forma geral, integrou áreas previamente ocupadas, não abrindo novos pontos de ocupação.

Como ultimo momento econômico, figura-se na implantação de indústrias. A indústria teria aparecido e crescido em paralelo com a decadência da cultura cafeeira na década de 1930. O aporte industrial – devido à disponibilidade dos recursos e as condições de infraestrutura – imprimiu-se na Região Metropolitana do Estado, justificando, assim, o crescimento populacional percebido na área (VERSIANI 1993).

Assim, com esse quadro econômico, configurou-se a ocupação do espaço fluminense.

Em 04/12/1922, pela bula papal "*Ad supremae Apostolicae sedis Solium*" (CERIS 2000), temos a implantação da diocese de Campos. A cidade-sede da diocese – Campos (transformada, através de decreto, em Campos dos Goytacazes no ano de 1986) – teve sua ascensão no século XVIII, devido à atividade açucareira. Tal atividade consolidou-se e desenvolveu-se, tanto em grandes latifúndios como em pequenas propriedades, expandindo-se, no século XIX, inicialmente nos engenhos e, mais tarde, em usinas. Campos dos Goytacazes teve importante destaque no século XIX. Justifica-se tal importância devido à poderosa aristocracia agrária, surgida através da atividade açucareira. Essa aristocracia influiu enormemente na política e no poder do Império. Elevada à categoria de cidade em 1835, abandonou o obsoleto porto de São João da Barra, passando a utilizar o de Imbetiba. Com a inauguração da ferrovia Campos-Macaé, somada à construção de rodovias, expandiram-se a indústria açucareira e a cultura do café. A cidade apresenta-se, atualmente, como sede da microrregião de Campos dos Goytacazes (IBGE 2000).

A segunda diocese implantada neste recorte temporal é a diocese de Barra do Piraí[1]. A cidade de Barra do Piraí funcionava como pólo cafeeiro durante esse período econômico no país. Com o declínio do café, passou a uma condição de estagnação econômica que teve seu término com o as políticas governamentais de incentivo à industrialização, percebidas a

1 A diocese de Barra do Piraí, desmembrada da diocese de Niterói, foi erigida em 04/12/1922 pela bula papal "*Ad Supremum Apostolicae Sedis*" de responsabilidade do Papa Pio XI. Em 26/01/1965, por decreto da Sagrada Congregação Consistorial, passou a se chamar diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda. A cidade de Volta Redonda apresenta, a partir da década de 1940, um intenso processo de industrialização, derivado da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – em sua área limítrofe. O ingresso à nomenclatura da diocese deriva, em nossas análises, da atratividade exercida por este pólo e, consequentemente, o aumento de seu contingente populacional.

partir de 1920. A Região do Médio Vale do Paraíba foi escolhida para tal implantação por variados fatores, a saber: o capital acumulado do café, a existência de ferrovias para o escoamento da produção, a proximidade com os mercadores consumidores – Rio de Janeiro e São Paulo – e, por fim, a disponibilidade de energia elétrica, oriunda de diversas barragens e represas. Assim, dada a centralidade desse pólo de abrangência regional, temos a implantação de mais um território diocesano de controle.

Com vistas à territorialidade católica no espaço fluminense, vimos no descortinar da ação de implantação a presença de novas dioceses. Priorizando o controle da Região do Médio Vale do Paraíba, teremos em 27/03/1925, pela bula "*Apostólico officio*" a implantação da diocese de Valença. Tal diocese apresenta uma gênese compartilhada; oriunda da fragmentação das dioceses de Niterói e de Barra do Piraí. A localidade de Valença teve grande desenvolvimento econômico pela lavoura cafeeira. Por volta de 1909, teremos experiências de industrialização que figuram o desenvolvimento industrial e agropecuário. A ligação da malha ferroviária com a malha carioca através da estação Central do Brasil (em 1991) possibilitou o aumento da população – e, consequentemente, da população religiosa –, o crescimento do comércio e o desenvolvimento da indústria.

Assim, vimos que a territorialidade católica, a fim de segurar a fé e captar novos fiéis, seguiu o aumento populacional percebido nessa região do espaço fluminense. A partir da interiorização da população fluminense, a Igreja Católica implanta seus novos territórios diocesanos. Perceberemos, primeiramente, no tempo de difusão proposto (1892-1925), a implantação de dioceses que figuram como centros centrais na dinâmica do espaço fluminense.

Após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade espelhava os efeitos maléficos de uma guerra. Weber (1991) nos alerta que, em tempos de crise, o Homem retorna a vida religiosa. Os grupos religiosos participam das mudanças e possuem estratégias próprias das instituições religiosas. A Igreja Católica, instituição de grande flexibilidade, teve sua territorialidade modificada conforme as apresentações percebidas na sociedade brasileira. Em 13/04/1946, pela bula papal "*Pastoralis que urgemur*", teremos a implantação de um novo território diocesano no espaço fluminense: a diocese de Petrópolis. A diocese de

Petrópolis tem uma gênese compartilhada, com bases nas dioceses de Piraí (atual Barra do Piraí-Volta Redonda) e Niterói. A cidade de Petrópolis figurou-se como sede do Bispado Fluminense de 16/07/1897 até 25/02/1908 (CERIS 2000).

Petrópolis nasceu do desejo de D. Pedro I que, em 1822, comprou, do major Vieira Afonso, a fazenda do Córrego Seco, na serra da Estrela, com a intenção de construir ali um palácio. A propriedade situava-se na região conhecida por rio Seco ou Córrego Seco, sendo adquirida em 1830. Em 1840, com a maioridade de Pedro II e a situação financeira da família sanada, o Império Colonial comprou o Córrego Seco e a mordomia da Casa Imperial deu início à administração da terra. Os primeiros colonos, todos imigrantes alemães levados para a região com o objetivo de trabalhar inicialmente na construção da estrada que subia a serra,

> habitavam os vales retirados, a Mosela, o Bingen, o Ingelheim, Rhenania, Westphalia, Palatinato. A parte central era ocupada por palacetes dos titulares e diplomatas, cercados de belos jardins floridos e de bosques, muitos dos quais chegaram até nossos dias, tais como: palácio Imperial, palácio da princesa Isabel, o da baronesa de S. Joaquim, de Mme. Landsberg, da família Franklin Sampaio, do Visconde de Mauá, da família Abreu Fialho (antiga Duchas), do Dr. Francisco Pereira Passos, chácara das Camélias, de D. Jerônima de Mesquita, Dr. Guerra Rocha Miranda, Mme. Regendanz, Barão do Rio Branco, Embaixada Inglesa, do Sr. Bloch e outras. Todos realçados pela vegetação dos parques delineados por Binot e tão ao gosto do nosso Segundo Reinado [...]. A corte dava o tom (FERREZ 1948:33).

Petrópolis, elevada à categoria de cidade em 1843, já demonstrava forte diversidade de grupos socioculturais. Entre 1894 e 1902, a cidade, detentora de forte centralidade, foi capital do Estado do Rio, em substituição a Niterói. A importância política da cidade perdurou por décadas, mesmo depois do fim do Império, perdendo somente em consequência da transferência da capital do Brasil – Rio de Janeiro – para Brasília, em 1960. Atualmente, Petrópolis apresenta forte atração turística e tem presença importante como local de desenvolvimento de tecnologias.

Na composição da rede diocesana, teremos a implantação de novos nós – dioceses. Em nossa periodização, perceberemos a implantação de dioceses numa nova mudança de paradigma da Igreja Católica. Com o crescimento da burguesia, mediante o processo de industrialização, a Igreja Católica no Brasil perde sua supremacia, permitindo a outras religiões e seitas aumentar seu campo de atuação (Mainwaring 2004). Mediante tal fragilidade, a Igreja busca novas estratégias de difusão e conta com o apoio de outros representantes – tais como leigos católicos, estudantes e camponeses – para a transmissão de sua fé doutrinária. A Igreja passa, na década de 1950, a visualizar as desigualdades sociais presentes no espaço brasileiro (Mainwaring 2004), conforme as diretrizes já elencadas no Concílio Vaticano II (de 1962 a 1965).

Castro (1985) pontua o Período da Igreja Reformista no Brasil entre 1955 e 1964,. Tal período possibilitou mudanças significativas na apresentação da Igreja. Assim, perceberemos, no final dos anos 50, o fortalecimento de movimentos como a Juventude Universitária Católica (JUC), e, em 1960 – derivada da JUC – a organização socialista Ação Popular (AP). Ainda na década de 60, a Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação – movimento formado por religiosos e leigos que interpreta o Evangelho sob o prisma das questões sociais (CATÃO, 1985) – atua em setores populares, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tais comunidades *"iriam constituir na grande virada da Igreja no Brasil e na base espiritual indispensável para que a Igreja pudesse vir a se constituir em foco de resistência ao autoritarismo"* (Castro 1985:22).

As CEBs são um novo modo de ser Igreja, que priorizam uma relação mais direta entre o católico e seu Deus. A vivência vida das CEBs acontece em pequenas comunidades, na maioria compostas por vizinhos, trabalhadores do campo, ou famílias próximas, que, orientadas pelas diretrizes da Igreja, se comprometem com a mudança da sociedade (RUIZ 1997). Sua prática religiosa é a ação libertadora (BOFF 1980).

> As comunidades Eclesiais de Base se reúnem regularmente em torno da Palavra de Deus e da Eucaristia para rezar, meditar, celebrar e agir sobre os problemas da comunidade local. Estão abertas para as questões econômicas, sociais e políticas que afetam a vida do povo brasileiro, como: desemprego, drogas,

> violência, dívida externa, reforma agrária, ALCA, ecologia. Respondem aos apelos vindos das Diretrizes da Igreja no Brasil. Articulam-se com os organismos intermédios – movimentos populares, sindicatos, partidos. Visam à transformação da pessoa humana, da comunidade e da sociedade e apontam na direção do Reino de Deus (CNBB, 2004 b)

Nesse contexto histórico, a Igreja Católica imprimiu, no espaço fluminense, duas novas dioceses na década de 1960 – mais especificamente, em 26/03/1960 pela bula papal "*Quandoquidem verbis*" –, a saber:

a) a Diocese de Nova Friburgo, derivada das Dioceses de Valença, de Niterói e de Campos. A diocese tem sua sede na cidade de Nova Friburgo, na Região Serrana Fluminense. Vale aqui salientar que o processo de ocupação dessa região na dinâmica do espaço fluminense ocorreu, inicialmente, em função da fixação de "pousos de tropas", destinados a servir de abrigo, em fins do século XVIII, a exploradores de minerais nas terras auríferas da região de Cantagalo (MARAFON, RIBEIRO, SILVA, DA SILVA e LIMA 2005). Esses núcleos formados por colonos e pioneiros transformaram-se em povoados e vilas ao longo do século XIX, tendo, no século XX, sua utilização e crescimento econômico sido atrelados ao turismo e ao cultivo de hortifrutigranjeiros. A cidade de Nova Friburgo configura-se com um centro regional da área e sua diocese controla as paróquias situadas em municípios que atendem tanto a Região Serrana como ao Norte e Noroeste Fluminense nos municípios de: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carapebus, Carmo, Cassimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macaé, Macuco, Nova Friburgo, Quissamã, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Morais; e, por fim,

(b) Diocese de Nova Iguaçu, com gênese no desmembramento das Dioceses de Piraí (atual Barra Piraí-Volta Redonda) e de Petrópolis. Essa diocese pontua o crescimento da população situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro além da área limítrofe da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu apresentou primeiramente uma função agrícola, suprindo as necessidades da urbe carioca. A partir da segunda metade do século XIX, a localidade teve seu declínio, decorrido, paradoxalmente, das inovações progressistas introduzidas no território fluminense Nova Iguaçu exprimiu um crescimento

econômico e aumento populacional, entre as décadas de 1930 e 1950, devidos à citricultura. A construção de casas de beneficiamento e embalagem da produção, na segunda metade do século XX, trouxe novo fôlego para a exportação. Com a Segunda Guerra Mundial houve interrupção do transporte marítimo, impedindo a exportação das laranjas. Com isso, as áreas dos antigos laranjais começaram a ser loteadas e novos bairros surgiram. A partir da "crise da laranja", Nova Iguaçu passou a se concentrar num processo de industrialização e, consequentemente, de aumento de população. Uma justificativa para tal realidade deriva da facilidade de escoamento da produção devido às rodovias que cortam o município, entre elas a BR-116 (Rodovia Presidente-Dutra). Outro fator remete à especulação imobiliária. Nas décadas de 1980 e 1990 era possível encontrar com facilidade amplos terrenos a preço baixo e mão-de-obra barata. Nova Iguaçu passou, então, a figurar como um significativo parque industrial (IBGE 2009). Assim, configurou-se a rede diocesana no espaço fluminense em nosso segundo período de difusão.

Na cronologia brasileira, teremos, a partir de 1964, a presença do regime político militar, de viés autoritário. Ao desvincular-se desse governo, a Igreja adota uma opção pelos pobres, surgindo a Igreja Popular. O auge da crise acontece em 1968, com a implantação do Ato Institucional n° 5 (AI-5), quando grande número de católicos se alia aos grupos oposicionistas, de esquerda, para lutar contra a repressão e os abusos que violam a ordem jurídica e os direitos humanos. A ação é intensa nos anos 70, promovendo, durante o período de 1974 a 1982, o desenvolvimento da Igreja Popular; além de mudanças nas relações entre a Igreja e o Estado.

> o afrouxamento da repressão aliviou os conflitos entre o Estado e a Igreja, permitiu que a Igreja se concentrasse na evangelização e facilitou, consequentemente, a consolidação de novas estruturas eclesiais, novas atitudes em relação à religiosidade popular e um sentido maior de harmonia e coesão internas. (Mainwaring 2004).

Na década de 1970, o espaço fluminense passa por uma grande transformação. No ano de 1975, o Estado do Rio de Janeiro se funde ao Estado da Guanabara, formando o novo Estado do Rio de Janeiro, com a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro como capital. A

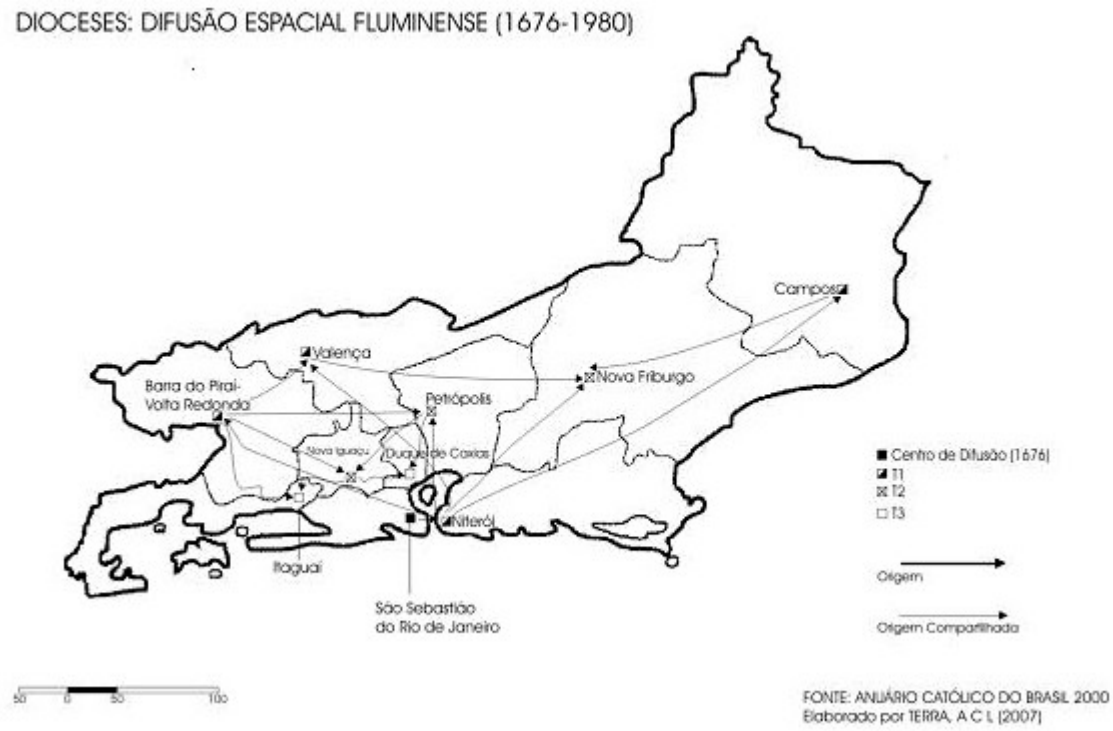
fusão não conseguiu transpor os limites socioeconômicos estabelecidos entre o core **(??)** e o interior. Assim, veremos que a Região Metropolitana – São Sebastião do Rio de Janeiro e municípios vizinhos – se apresenta separada e com características diferenciadas das demais regiões (DAVIDOVICH 2000), tendo seus municípios maior centralidade na hierarquia urbana do estado.

Após a década de 1980, quando o Brasil vivenciava um período de abertura política, aproximando-se de uma democracia liberal, a Igreja continuou a desfrutar de certa importância política (Mainwaring 2004). No espaço fluminense são criadas duas novas dioceses, ambas situadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a saber: as dioceses de Itaguaí (14/03/1980), erigida através da bula papal "*Gravissimum supremias*", com gênese nas dioceses de Nova Iguaçu e de Barra Piraí-Volta Redonda; e a diocese de Duque de Caxias (11/10/1980), criada pela bula papal "*Qui divino consilio*", fruto do desmembramento das dioceses de Nova Iguaçu e Petrópolis.

O município de Itaguaí desfrutou, no século passado, até 1880, de importante atividade rural e comercial, exportando em grande escala cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. O advento da Lei Áurea, aliado à falta de transportes e à insalubridade da região, concorreu para o desaparecimento das grandes plantações que constituíam a riqueza principal da localidade. A passagem da antiga rodovia Rio-São Paulo por seu território, a implantação de indústria, as obras de saneamento, contribuíram para o desenvolvimento econômico do município, percebido na década de 1980 (IBGE 2009). No município de Itaguaí o setor terciário liga-se ao Porto de Sepetiba, responsável pelo escoamento (MARAFON et.al. 2005). O município de Duque de Caxias, desde que se tornou autônomo, recebeu grande impulso em sua economia. A localização, em seu território de um parque de indústrias, constituiu fator de desenvolvimento acelerado. Dentre tais aparatos, citamos: a refinaria de petróleo, com seu extraordinário conjunto petroquímico em expansão, e a Fábrica Nacional de Motores.

As dioceses de Itaguaí e Duque de Caxias apresentam-se em centros locais do Estado, pela disponibilidade de bens e serviços. Suas áreas limítrofes sofreram ainda aumentos populacionais nos últimos anos, décadas de 1970-1990, que justificam a maior demanda de

assistência religiosa. As dioceses apresentam pequenos contingentes de paróquias, 17 e 19, respectivamente, o que proporciona ler nas estratégias da Igreja a necessidade de controle direto destas áreas. Segue o mapa com a rede diocesana imposta:



Configura-se a rede diocesana católica no espaço fluminense. Neste sentido, no próximo momento do trabalho, intitulado “Conclusões e Apreensões”, relataremos o aprendizado obtido e as indagações retidas em nossa investida cientifica.

Conclusões e Apreensões

O término da investida cientifica não esgota as possibilidades acerca do objeto proposto. Neste sentido, respondemos aos nossos questionamentos e despertamos a novas proposições. Entender a territorialidade católica, descortinando seus espaços-tempo de gestão religiosa no espaço fluminense, era nosso objetivo e acreditamos tê-lo alcançado. Nossa busca, com foco na instituição religiosa Igreja Católica Apostólica Romana, ateve-se a procurar os fatos externos (visíveis) de uma realidade interna e espiritual (invisível). A Igreja apresentou uma caminhada a fim de difundir sua fé doutrinária e gerir sua população religiosa, sendo o descortinar deste itinerário útil as nossas análises.

A territorialidade imprime-se como um atributo comportamental intrínseco ao indivíduo social e aos grupos organizados.

> A territorialidade, como um proponente de poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK 1986:219)

Nesse contexto, a Instituição Católica insere-se, apresentando uma nítida dimensão espacial em suas ações na esfera institucional. O implantar de novos territórios religiosos – sejam eles diocesanos ou paroquiais – deriva de um estudo cuidado, de uma seletividade espacial. Nesse processo emergiram diferentes periodizações, e estas se adequam diretamente as desigualdades percebidas no Estado. Com vistas à territorialidade católica no espaço fluminense, informações foram apreendidas. As dioceses foram implantadas em cidades de diferentes aspectos socioeconômicos. Contudo, tais desmembramentos apresentam singularidades gográficas: os territórios diocesanos foram implantados em centros urbanos que exprimiam centralidade na construção da rede socioeconômica fluminense na época de sua ereção, em um dos três tempos difusionais por nós elencados. A lógica de implantação dos territórios religiosos diocesanos no espaço fluminense funda-se na hierarquia dos lugares centrais e segue, em primeira importância, a lógica de ocupação populacional deste Estado. Partindo do litoral ao interior, veremos o desmembramento de dioceses ao longo do recorte temporal estudado. Salientamos que a difusão dos territórios diocesanos aderiu a uma difusão hierárquica, com saltos espaço-temporais. Um outro ponto a ser percebido, é a forte presença de ordens religiosas neste recorte. Jesuítas e beneditinos[2], entre outros grupos religiosos, foram importantíssimos à difusão da fé no tempo pretérito deste recorte e ainda hoje figuram em sua área limítrofe.

A territorialidade católica fluminense segue diferentes escalas de controle em suas jurisdições eclesiásticas. Teremos dioceses mais detentoras de paróquias do que outras; o que justifica nas primeiras a necessidade de um controle efetivo pela instituição. Para comparação, segue a tabela abaixo:

2 Detentores da Abadia Territorial de Nossa Senhora de Monserrate, localizada na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Tabela 1: Dioceses Fluminenses

Dioceses	Ano de Criação	Número de Municípios	Número de Paróquias
Barra do Piraí – Volta Redonda	1922	10	22
Campos	1922	17	36
Duque de Caxias	1980	2	19
Itaguaí	1980	5	17
Niterói	1892	14	57
Nova Friburgo	1960	19	45
Nova Iguaçu	1960	6	43
Petrópolis	1946	8	34
São Sebastião do Rio de Janeiro (Arquidiocese)	1676	1	240
Valença	1925	9	26

Fonte: CERIS, Anuário Católico do Brasil, 2000 * Elaborado por TERRA, A. C. L. (2009)

Como já apresentado, as dioceses de São Sebastião do Rio de Janeiro, de Duque de Caxias e de Itaguaí foram implantadas em áreas de forte crescimento populacional e centralidade logística. No caso de Duque de Caxias, em espacial, a força das CEBs apresenta grande projeção. Por tais fatores, acreditamos ser esse controle religioso tão efetivo em nível local.

A espacialização das dioceses permite conceber a diferenciação das áreas e as diferenças e semelhanças das estratégias institucionais do gestor religioso. Dentre as semelhanças, elucidamos que os territórios religiosos foram implantados em cidades de diferentes aspectos socioeconômicos, mas, localizadas em centros urbanos. Nas diferenças relatamos os tempos difusionais das redes diocesanas, que com vistas ao controle da população religiosa, encontram-se diferenciados. Mediante nosso estudo, acreditamos que a partir da configuração de uma nova realidade sócio-espacial a Igreja Católica adotará novas práticas de gestão, resultando em novas dioceses e paróquias em suas redes diocesanas.

Ao final, verificamos as impressões cernentes as práticas da instituição religiosa católica e a devoção do homem religioso no lugar que as pratica. Este indivíduo funciona como transmissor das ideias, valores e condutas elencadas pela fé católica, servindo como nó em redes sociais menores. Enfim, esperamos, com esta pesquisa, ter auxiliado na compreensão

da dinâmica da fé católica nos espaços fluminense e capixaba, permitindo novas propostas e metodologias aos geógrafos encantados com as relações entre o sagrado e o espaço.

Bibliografia

AZZI, R. 2005 Ordens e Congregações na Formação Social Brasileira. In: AZZI, R*. A Igreja Católica No Brasil: fé e transformação*. São Paulo: Duetto,. n.2., It. História Viva: temas Brasileiros, ,60-68.

BARROS, P. C. 2005 *Do Berço Histórico à Zona Periférica de Centro Velho: velhas formas, novos castelos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,

BEOZZO, J. O. 2005 Igreja e Política. In: BEOZZO, J. O*. A Igreja Católica no Brasil: Fé e transformação*. São Paulo: Duetto,. n.2. It. Historia Viva: Temas Brasileiro, 36-46.

BOFF, C. 1980 *Comunidades eclesiais de base e praticas de libertação*. Revista Eclesiástica Brasileira, Brasília, v. 2,30-45.

Barbosa, S. 2005 *A Territorialidade da Igreja Católica no Nordeste Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BONNEMAISON, J. 2002 Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; Rosendahl, Z. (Orgs.) *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 83-131

BOURDIEU, P. 1987 Gênese e estrutura no campo religioso. In: BOURDIEU, P*. A economia das trocas simbólicas*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 27-78

Carnielli, Pe. 2005 A. *História da Igreja no Estado do Espírito Santo 1553-2000*. Vitória: Gráfica Jep.

CASTRO, M. 1985 *A Igreja e o Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CATÃO, F. 1985 *O que é Teologia da Libertação?*. São Paulo: Brasiliense.

CERIS. Anuário Católico do Brasil – 2000*. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS – Volume II*, Rio de Janeiro, v.2,

CLAVAL, P. A*. Geografia Cultural* 1999 Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC.

CNBB. 2004 *Diretório da Liturgia e da Organização da Igreja no Brasil 2005 Ano A – São Mateus Ano Eucarístico*. Brasília: Paulinas.

CORRÊA, R. L. 1997 Interações Espaciais. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (Orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 279-319

CORRÊA, R. L. 2001 *Trajetórias Geográficas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CORRÊA, R. L., 2007 Sobre a Geografia Cultural*. Textos NEPEC*, Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, n.3, 1-78

CORRÊA, R. L. 2008 Região Cultural – um tema fundamental. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Espaço e Cultura: Pluralidade Temática*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 13-22.

DAVIDOVICH, F. R. 2000 *Estado do Rio de Janeiro: singularidades de um contexto territorial*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, n.9, 25-38.

DURKHEIM, E. 1996 *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes.

ELIADE, M. 1962 *O Sagrado e o Profano - A Essência das Religiões*. Tradução por Rogério Fernandes. Lisboa: Edição Livros do Brasil.

FERREZ, G. 1948 *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Museu Imperial.

IBGE*. Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE*. Cidades*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: 01 de jan. de 2009.

HOORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIJP K. V. D.; BROD, B. 1983 *História da igreja no Brasil Primeira Época*. 3.ed. Petrópolis: Vozes.

LAMEGO, A. R. 1959-1960 *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE.

LIMA, H. B*. Territorialidade das Paróquias Católicas na Cidade do Rio de Janeiro*. Monografia (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MAINWARING, S. 2004 *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense.

MARAFON, G. J. et alli. 2005 *Regiões do Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição Geográfica*. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

RAFFESTIN, C. Paysage et Territorialité. *Cahiers de Géographie du Quebec*, Quebec, v.21, n.53-4, set. 1997.

MONOD, J. 1974 *Chance and Necessity, an Essay on the National Philosophy of Modern Biology*. Glasgow: Fontana Books.

OLIVEIRA, R. S. 2004 *Baixada Fluminense Novos Estudos e Desafios*. Rio de Janeiro: Paradigma.

NEVES, L. M. B. P. 1999 *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Prado Jr., C. 1959 *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

RAFFESTIN, C. 1997 Paysage et Territorialité. *Cahiers de Géographie du Quebec*, Quebec, v.21, n.53-4, set., 15-26.

RAHY, I. S. 1999 Povoamento do estado do Rio de Janeiro*. GeoUERJ Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, UERJ, n.6, v.2, , 30-42.

RIBEIRO, M. A. C. Abordagens analíticas das redes geográficas*. Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 20, p.77-105, 2000.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, P. 1997 *Adeus à Sociedade da Religião Popular. Religião e Sociedade*, n. 2, v. 18,22-36.

ROSENDAHL, Z. 1996 *Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

ROSENDAHL, Z. 1999 *Hierópolis: O Sagrado e o Urbano*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. 2001 A Territorialidade da Igreja católica no Brasil -1800 e 1930. *Textos NEPEC*, Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, n.1, 3-18.

ROSENDAHL, Z. 2005 Território e Territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 191-226.

ROSENDAHL, Z. 2008 Os Caminhos da Construção Teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Espaço e Cultura: Pluralidade Temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 47-78.

RUIZ, C. M. B. 1997 *A Força Transformadora Social e Simbólica das CEBs*. Petrópolis: Vozes, 30-59.

SACK, R. D. 1986 *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press,.

SANTOS, M. 1991 *Metamorfoses do espaço habitado*. 2.ed. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. 1999 *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 3.ed. São Paulo: HUCITEC.

TARGINO, T. *Geografia do Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: http://cide.rj.gov.br/cidinho/pages/estado.asp. Acesso em: 2004.

TERRA, A C. L. *Rede diocesana nos territórios fluminense e capixaba: a lógica espacial da Igreja Católica Apostólica Romana hoje no Brasil*. Monografia (Bacharel e Licenciatura) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

VARNHAGEN, F. A. 1978 *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.

VASCONCELOS, P. A. 1997 Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no período Colonial. In: CASTRO, I. E.; GOMES P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 247-278.

VERSIANI, F. R. 1993 Imigrantes, Trabalho Qualificado e Industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*, v.13, n.4 (52), 22-36.

WEBER, M. 1991 *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.